



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I - CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA- DH**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.**

**JOSIANE DE LIMA MENDES**

**“QUESTÃO DE HONRA”: NOÇÕES DE MORALIDADE,  
DESQUITES E CRIMES DE SEDUÇÃO NAS RELAÇÕES  
DE GÊNERO EM CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE  
1920 E 1930.**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2012**

**JOSIANE DE LIMA MENDES**

**“QUESTÃO DE HONRA”: NOÇÕES DE MORALIDADE,  
DESQUITES E CRIMES DE SEDUÇÃO NAS RELAÇÕES  
DE GÊNERO EM CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE  
1920 E 1930.**

Monografia apresentada ao  
Departamento de História – DH, da  
Universidade Estadual da Paraíba-  
UEPB, como exigência para a obtenção  
do título de graduada em Licenciatura  
plena em História.

Orientador: Prof<sup>a</sup> DR<sup>a</sup>. Maria Lindaci Gomes de Souza

CAMPINA GRANDE – PB

2012

M538q      Mendes, Josiane de Lima.  
    “Questão de honra”: noções de moralidade, desquites e crimes de sedução nas relações de gênero em Campina Grande nas décadas de 1920 e 1930. [manuscrito]: / Josiane de Lima Mendes. – 2012.  
    58 f.: Il.: color.

    Digitado.  
    Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

    “Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza, Departamento de História”.

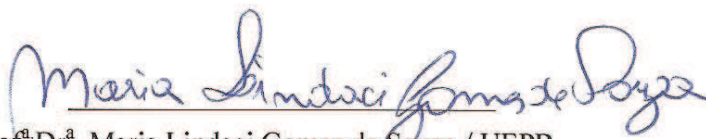
    1. Comportamento 2. Relação de Gênero 3. Regras Sociais 3. Mulheres I. Título.

**JOSIANE DE LIMA MENDES**

**“QUESTÃO DE HONRA”: NOÇÕES DE MORALIDADE,  
DESQUITES E CRIMES DE SEDUÇÃO NAS RELAÇÕES  
DE GÊNERO EM CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE  
1920 A 1930.**

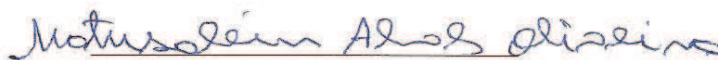
Monografia apresentada ao  
Departamento de História – DH, da  
Universidade Estadual da Paraíba-  
UEPB, como exigência para a obtenção  
do título de graduada em Licenciatura  
plena em História.

Aprovada em 20 de Junho de 2012.



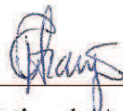
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB

Orientadora



Prof. MsC. Matusalém Alves Oliveira / UEPB

Examinador



Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Patrícia Cristina de Aragão Araujo / UEPB.

Examinadora

## AGRADECIMENTOS.

A DEUS, por ser a força da minha vida, sem o qual eu não seguiria em frente.

A minha amada Família, aqueles que são a minha vida, base, esteio e que me mostram o que é me sentir amada de verdade. Agradeço aquela que daria a vida por mim, minha mãe, Maria do Socorro Mendes, pela amizade, exemplo de companheirismo, dedicação, carinho, força, amor incondicional, além de todos os esforços que fez para me trazer até aqui. Ao meu pai, Sebastião Mendes, minha maior referência de honestidade e responsabilidade, pelos exemplos de vida, fato visto nos anos de renúncia de si próprio, em nome do nosso bem estar. A minha irmã, Shirley Mendes, de quem muito me orgulho, pelo companheirismo na vida. A minha querida avó Maria Borges (*In Memoriam*) exemplo de mulher, forte, guerreira e muitas vezes a frente de seu tempo, admiração que me fez querer entender a história das mulheres como você. Ao meu tio José Pereira, pela parceria de sempre nas horas de necessidade. Por fim, minha gratidão ao meu filho Théodoro Mendes, pelo olhar mais doce e puro, que me faz sentir a pessoa mais importante do mundo.

Aos meus queridos irmãos, não de sangue, mas por força do amor tecido ao longo desses cinco anos de convivência: Moises Barbosa, Lívia Maria, Maria Roseni, Elisângela Cely, Samyra Medeiros, Evandro Barros e Marizelia Cantalice. Durante o curso vocês me ensinaram mais do que História.

A minha turma, ou melhor, dizendo a família “*Matagavayas*” a quem só me resta dizer: Foi uma honra e orgulho conviver com todos vocês.

A todos os meus queridos mestres, que como eu não canso de repetir, marcaram nossa vida muito mais do que possam imaginar. Em especial ao Professor Faustino Teatino e a professora Manuela Aguiar, que me ensinaram mais do que conteúdos, mas sim todo um exemplo, de ética, compromisso e postura, elementos que se transformaram em referência na minha vida profissional e pessoal.

A minha orientadora, Professora Maria Lindaci Gomes de Souza, pelo esforço e dedicação, e valorização do meu trabalho, fazendo eu me sentir acolhida e competente outra vez.

A todos os demais, cujos nomes não foram citados, a gratidão por terem passado em minha vida, contribuindo assim na minha formação, fazendo de mim o que eu sou.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise sobre as características comportamentais feminina durante as décadas de 1920 e 1930 observadas na cidade de Campina Grande – PB. Um dos pontos principais da pesquisa é compreender como essas mulheres, em meio ao contexto de regras e normas moralizadoras bastante rígidas, manifestavam algumas formas de resistência de forma clara ou mesmo de forma velada. A fim de facilitar a compreensão do tema, foi preciso historicizar, tecendo algumas considerações sobre as características da sociedade em análise (Campinha Grande) mais relevantes para o nosso tema. Assim, buscamos as “raízes” da forma como o feminino era pensado no século XX, e identificamos que esse pensamento teve origem ainda no século XVIII e XIX, onde principalmente o advento da pós-revolução francesa, trouxe transformações sociais, políticas e econômicas, que possibilitou essa intensa valorização de papéis determinados e destinados para homens e mulheres dentro da sociedade. Entendendo Todos esses elementos, cujo comportamento parto do principio de que a sociedade Campinense no inicio do século XX sofrendo tais influencias, manifesta características comportamentais dentro dessa configuração. Concluída essa primeira parte da análise, partirmos para a análise das fontes documentais escolhidas, e que nos mostra alem das características ate aqui descritas pertinentes aos nossos recortes temporais e locais, mas principalmente nos leva a entender as formas de resistência observadas e identificadas como formas de resistência feminina. As primeiras fontes utilizadas são processos criminais, obtidos no Fórum Afonso campos, desta cidade, onde constam acusações de casos de crimes de sedução (raptos consentidos e defloramentos) ocorridos na década de 1920. A segunda fonte utilizada foi os depoimentos obtidos em entrevista com testemunha de um processo de desquite na década de 1930. Os principais referencias bibliográficos utilizados, foram Michel de Certeau com a idéias de táticas, estratégias e resistência. Mary Del Priori com a historiografia sobre as mulheres principalmente no Brasil e Michele Perrot com historia das mulheres de forma mais geral. Keilla Grinberg sobre o trabalho com processos crimes e Jose ‘Assunção Barros com teoria da história. Por fim, são tecidas as considerações finais onde constam as impressões e hipóteses que formulamos após analisar o material obtido, cruzando os mesmos com as fontes teóricas que nos auxiliam na elaboração das idéias que foram debatidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comportamento. Regras. Mulheres. Resistência. Moral.

## ABSTRACT

This work consists of a review on the behavioral characteristics of women in the 1920 and 1930 observed in the city of Campina Grande-PB. One of the main points of the research is to understand how these women, in the context of very strict rules and regulations, demonstrating some moralizations forms of resistance in a clear or even discretely. In order to facilitate the understanding of the topic, it was necessary to historicize, weaving some considerations about the characteristics of the society in review (Great Countryside) most relevant to our theme. Therefore, we seek the "roots" of the way in which the feminine was thought in the twentieth century, and we have identified that this thought originated in the 18th century and 19th century, where mainly the advent of post-revolutionary France, brought the social, political, and economic transformations, which allowed this intense appreciation of certain roles and intended for men and women within society. Understanding all these elements, whose behavior I assume that society of Campina Grande in the beginning of the 20th century, influences such suffering manifests behavioral characteristics within that setting. On completion of this first part of the review, we assume for the analysis of documentary sources, chosen and that shows us in addition to the features described here are relevant to our lace cutouts and temporal locations, but mainly leads us to understand the forms of resistance observed and identified as forms of feminine strength. The first sources used are criminal cases, obtained in the field, this City Forum Afonso Campos, where in allegations of cases of crimes of seduction (kidnapping allowed) that occurred in the Decade of 1920. The second source used was the testimony obtained in an interview with a witness in the 1930 disquiet. The main bibliographic references used, were Michel de Certeau with ideas, strategies, tactics and endurance. Mary Del Priori with the historiography on women mainly in Brazil and Michele Perrot with history of women more generally. Kaila Grinberg about working with processes and Jose Asuncion Barros crimes ' with theory of history. Finally, the final considerations which are woven in the impressions and hypotheses that are being made after examining the material obtained by crossing them with the theoretical sources that assist us in drawing up ideas that were discussed.

**KEYWORDS:** Behavior. Rules. Women. Resistance. Morale.

“Quem ocupa o trono tem culpa  
Quem oculta o crime também  
Quem duvida da vida tem culpa  
Quem evita a dúvida também tem”

Humberto Gessinger



## **DEDICATORIA.**

A minha amada mãe Maria do Socorro Mendes, a mulher que considero minha fonte de  
inspiração no estudo sobre a História das Mulheres.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
Capítulo II- Um breve histórico das regras comportamentais da década de 1920: Sociedade patriarcal e de modelos bem definidos.....	12
2.1 Ambientando-se com o início do século XX. ....	13
2.2 O lar e família burguesa: O lugar da mulher, vista como mãe esposa e “rainha do lar”.....	16
2.3. Antecedentes: O comportamento da mulher nos séculos XVIII e XIX.....	24
2.4. Comportamento: educação, moral e virtude.....	26
2.5. A indumentária: mais um signo a definir os papéis na sociedade.....	28
Capítulo III - Posso ou não posso? Tramas são tecidas na rede dos amores proibidos.....	34
3.1. Através das fontes, a descoberta das formas de resistência:.....	35
3.2. Raptos consentidos e defloramentos: A luta estratégica dos <i>enamorado</i> s para vivenciar suas relações afetivas e/ou sexuais.....	36
3.3. Até que a morte os separe... Ou não! A dissolução de casamentos com pedidos de separação, divórcio ou desquite.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERENCIAS.....	52

## 1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho monográfico traz uma abordagem sobre algumas formas de resistências encontradas pelas mulheres campinenses na década de 1920 1930 para viverem sua liberdade (inclusive sexual), em um período histórico onde, apesar das regras sociais moralizantes, elas começam aos poucos a ter uma vida publica, mesmo que ainda muito restrita. Analisaremos aqui, as regras de comportamentos atribuídas e adotadas (ou não) pelas mulheres nesse período, que vai do final dos anos de 1920 ao início dos anos de 1930, assim como algumas maneiras que elas encontravam de burlar tais normas presentes na sociedade da qual faziam parte.

As estratégias que foram identificadas ao serem utilizadas por essas mulheres foram, os denominados “crimes de sedução” e corresponde a Raptos consentidos e Defloramentos ocorridos e relatados na cidade de Campina Grande - Paraíba na década de 1920 a 1930, bem como casos de desquite (divórcio) ocorridos no mesmo período e local já citados. Claro que existem tantas outras formas de resistência, contudo essas foram as contempladas na pesquisa a seguir.

O trabalho gira em torno, da perspectiva comportamental da sociedade campinense no final da década de 1920 e início da década de 1930. Dessa forma, nessa pesquisa iremos problematizar o cotidiano de uma época, as formas de relacionamento entre homens e mulheres (relações amorosas) e também, como se dava a repercussão de tais casos, que muitas vezes acabavam no âmbito judicial, por serem consideradas como “questões de honra”. (CAULFIELD, 2000).

A pesquisa justifica-se a partir da compreensão de que nos anos de 1920 e 1930, as regras sociais seguidas são rígidas e tradicionais, e a as relações familiares, são de modelo patriarcal, configurando papeis determinantes para a os atores sociais. As relações de gênero, agora estão focadas, na destinação clara de papeis. A mulher ate então tinha como seu lugar reservado o lar, sendo ao feminino, dada a função de compor a tríade a ela designada: Tornar-se mãe, esposa e “rainha do lar” como costumavam serem chamadas as mulheres do lar.

A realização desse trabalho, também tem importância, devido à escassez de materiais específicos, que retratem esses episódios presentes na historia. Havendo apenas resquícios sobre o assunto, em arquivos da imprensa e mesmo dos processos criminais, que alias são as fontes que aqui utilizarei.

O objetivo geral do trabalho é através dos casos de crimes de sedução e de desquites, fazer uma abordagem sobre como, tais praticas para a época, eram formas de resistência às regras moralizantes que disciplinavam o corpo e o comportamento da mulher. Nesse sentido, busca-se descrever aspectos culturais e comportamentais de uma sociedade com modelo patriarcal, onde os papéis feminino, estavam restritos ao lar, e a uma vida “recatada”, de obediência as figuras masculinas (pais e maridos). Fazendo um breve resgate histórico, acerca das regras comportamentais, pertinentes a década de 1920/30, pretendendo também, entender como as tramas sociais, se desdobram atendendo ou não a tais modelos.

Objetivamos ainda, entender como, a partir dos crimes de sedução e da pratica de desquites, as regras sociais de moralização feminina eram burladas, analisando por fim, como os vários discursos, contribuem para a sustentação desses modelos e regras sociais, podendo ser eles vistos como reflexo das formas de controle das praticas da sociedade e temporalidade a qual o trabalho se remete.

De acordo com a metodologia aplicada na realização da pesquisa, as principais fontes utilizadas aqui será um processo crime, instaurado sob acusações de “crimes de sedução” (**defloramento de raptado consentido**), e por fim, também foram utilizadas fontes orais cujos relatos obtidos mediante entrevista, serviram como base para a análise de um processo de **desquite**, caso testemunhado pelo entrevistado.

O trabalho terá como base teórica, autores que em suas áreas específicas, ajudarão na realização da pesquisa, dando sustentação ao problema nela proposto. Inicialmente, para me auxiliar a trabalhar com as fontes escolhidas para a pesquisa (**os arquivos crimes obtidos**), utilizarei autora e historiadora **Keila Grinberg**, que mostra o passo a passo sobre como trabalhar com esse tipo de fonte documental enquanto objeto de análise histórica. Para isso, Keila além de dar as diretrizes a ser usada ela explica em que consistem esses documentos, uma vez que, é necessário entende-los para que haja um bom aproveitamento dos mesmos.

Não é de hoje que historiadores vêm usando processos criminais como fonte para análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria Justiça e seus agentes em diversas temporalidades. [...] Mas, antes, é necessário estabelecer com melhor clareza o que são, afinal, essas fontes.

(GRINBERG, 2009, p. 121)

Segundo a autora, o uso desses artifícios de pesquisa, não é algo simples de se fazer, e por isso sua utilização deve se der com cautela, buscando o entendimento de todo o contexto histórico no qual ele está inserido.

Para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que ela se trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias. No caso dos processos criminais, é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário.

(GRINBERG, 2009, p. 121-122)

Vemos com isso, que o trabalho com os processos criminais, segue de forma meticulosa, cabendo ao historiador, análises e interpretações muito amplas dos elementos nele presentes. É preciso ter em vista que essas fontes, como documentos que são (e assim como outro qualquer), e ao serem produzidos, trazem em si características próprias, que também merecem ser levadas em consideração, ou seja, a esse respeito, temos que pensá-las, como não sendo capazes de **reconstruir** os fatos, tais quais ocorreram e por isso, são colocados aqui para serem analisados, em seu entorno, como é o objetivo do meu trabalho.

Sobre o trabalho com memória **Ecléa Bossi (1994)** foi utilizada na discussão. Sobre as fontes orais, **Verena Alberti (2006)**, é a autora que auxilia no trabalho com as fontes orais.

O trabalho segue, sob os meandros do trabalho com o **micro- historia** a partir dos conceitos dados por BARROS, que falam da importância da delimitação das técnicas utilizadas pelo historiador na realização de seu trabalho, pois é essa delimitação de campo historiográfico, que define a forma de trabalhar e de “fazer a história”.

De fato, a Micro-História surgiu como um movimento de historiadores italianos, associados a uma determinada linha editorial. Estes historiadores foram os primeiros a apontarem para a riqueza de possibilidades proporcionada pela microanálise social. Também se interessavam por determinados temas, que escapavam ao lugar comum dos tradicionais objetos da Macro-História tradicional.

Contudo, a Micro-História deve ser definida como campo, e não como uma corrente localizada de historiadores. E também não deve ser vista como restrita a uma determinada temática. Na

verdade, a princípio qualquer tema seria passível de ser abordado a partir de um olhar micro-históricográfico.

(BARROS, 2004, p. 167-168)

Sendo assim, é utilizando desses mecanismos que abordaremos as questões referentes às características de uma sociedade em um determinado período, estudando os agentes históricos que estão neles inseridos, de forma mais específica buscando um entendimento dos domínios históricos referentes ao sujeito do meu trabalho que é a figura da mulher, dentro da sociedade, e tentando entendê-la a partir de várias possibilidades que se abrem com essa pesquisa, tais como as relações dentro da dinâmica social, as relações de poder que envolvem essas figuras bem como os discursos históricos gerados e perpassados ao longo do tempo. Sobre isso, fala Barros que:

Como se vê, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas escolhidas pelos historiadores. São já campos de estudo mais específicos, dentro dos quais se inscreverão o objeto de estudo e a problemática constituída pelo historiador.

(BARROS, 2004, p. 167-168)

No que diz respeito, a historiografia sobre a História das mulheres, escolhemos para auxiliá-nos na construção de nossas idéias, a autora **Mary Del Priori**, pois a sua escrita está inserida na História cultural, corrente teórica que surge a partir da Escola dos *Annales* em sua terceira geração. Isto é visto também no fato dela fazer uso de novas fontes documentais como, cartas, literatura, iconografia, música e cinema, unidos a documentos considerados “oficiais”.

Assim a História cultural, que busca contemplar as diferentes visões de mundo das sociedades dentro de um dado recorte temporal (lembrando que a história cultural se aproxima dos estudos realizados pela antropologia), é uma das principais influências percebidas na escrita dessa monografia, sendo também um elemento comum em todos os trabalhos dessa autora, que trazem comumente temas inovadores, e que em outro momento não apareceriam no campo de estudo da história. Sobre isso diz (ROÍZ, 2008, p.14) que:

As possibilidades de pesquisa neste campo parecem ser infindáveis. Tudo que tem história, ou antes, laços simbólicos integrados num conjunto de códigos a que se chama de “cultura”, estão passíveis de ser investigado pela História Cultural.

Lembrando que a escolha da leitura de Del Priore se deu pelo fato de ser ela uma autora que tem se dedicado profundamente as pesquisas no campo das relações de gênero, fato que fica claro pelo intenso uso que fiz de suas obras no presente trabalho. As suas obras que mais utilizei foram **História do Amor no Brasil** e **Historia das Mulheres no Brasil**, que me deram preciosas fontes que ajudam na elaboração da concepção de como as mulheres estavam presentes na nossa sociedade.

Do ponto de vista didático, para melhorar a compreensão do leitor, o texto será dividido em três etapas, das quais a primeira, é o **capítulo introdutório**, que traz uma abordagem historiográfica, sobre os aspectos comportamentais femininos na década de 1920 a 1930 de maneira geral especificando o caso das mulheres de Campina Grande – PB, nesse período fazendo o cruzamento dessas idéias com as fontes bibliográficas que ajudam na construção do nosso objeto.

O capítulo seguinte, intitulado, “**Sociedade patriarcal e de modelos bem definidos: Um breve resgate histórico das regras comportamentais da década de 1920**” é como o próprio título sugere, onde após historicisar sobre os comportamentos das mulheres dentro do meu recorte espacial e temporal (Campina Grande nas décadas de 1920 e 1930), nos dedicamos às reflexões e análises sobre os elementos e características observados ao cotidiano da sociedade no tocante ao comportamento feminino.

O terceiro momento, com título, “**Posso ou não posso? Tramas são tecidas na rede dos amores proibidos**”, traz a mostra dos resultados da pesquisa, com reflexões diretas sobre as conclusões tiradas a partir do trabalho com as fontes e documentos, ou seja, é nesse momento do trabalho que eu falo do objeto em si. Este capítulo fará a abordagem direta sobre o objetivo da pesquisa é onde serão identificados os costumes e praticas sociais identificadas, e onde apontamos finalmente as estratégias de fuga às regras que apreciam, dentre eles os crimes de sedução e os pedidos de desquite.

## **Capítulo II:**

Um breve histórico das regras comportamentais da década de 1920: Sociedade patriarcal e de modelos bem definidos.



## 2.1. Ambientando-se com o início do século XX.

Para iniciar esse estudo, considero interessante fazer um breve resgate histórico, acerca das regras comportamentais, pertinentes à década de 1920. Trago essa abordagem sobre o contexto social nos quais nossos personagens estão inseridos (início do século XX) especificamente, entre os anos de 1920 a 1930, período em que os casos analisados de raptos/defloramentos/desquite das minhas fontes aconteceram.

Aqui nesse primeiro momento, será identificado o cenário, no qual os personagens viveram as relações sociais e o modelo de vida que eles tinham para que possamos entendê-los, de acordo com o ambiente e temporalidade do qual faziam parte, para que a partir desse conhecimento, possamos então tecer algumas reflexões sobre a figura da mulher paraibana desse mesmo período. Diante desse quadro, considero de suma importância compreender os elementos e critérios que tal sociedade se valia para definir e separar os “papeis” de cada indivíduo nas esferas públicas e privadas.

Para isso, foram feitas leituras, sobre comportamento familiar sempre dando ênfase ao feminino na “modernidade”<sup>1</sup>, sobre a valorização que esses papéis tinham na sociedade. São valores observados dentro de um período histórico que segundo Marshall Berman:

“Na esperança de ter algum controle sobre algo tão vasto quanto à história da modernidade, decidi dividi-la em três fases. Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu (...) Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público.(...) No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento.[...]”

(BERMAN, 1996, p.16)

Com isso podemos ver que, quando nos desperta o interesse, em entender a ligação entre costumes, pensamentos e modelos de vida, adotados por grande parte das

---

<sup>1</sup> Tratamos aqui por “Modernidade” o período histórico que corresponde desde o século XVI até os dias atuais. Esse período pode ser dividido em duas fases: a primeira que vai de 1492 (a partir da “descoberta” da América) até 1789 (Revolução Francesa); a segunda fase seria inaugurada na Revolução Francesa até os dias atuais.

sociedades atuais e suas origens, principalmente, nos campos relacionados às regras e convenções destinadas, para as mulheres, veremos que, esse modelo, tem raízes, nos conceitos propostos e mais tarde seguidos, nas idéias européias, inauguradas na “modernidade”.

Defendo aqui, a idéia de que nesse período o modo de viver, tem características “burguesas” muito fortes. Sustendo essa afirmação, ao verificar que com a consolidação do capitalismo, temos um espaço publico movimentado, centro das relações comerciais e políticas. Essas tarefas eram eminentemente desempenhadas por figuras masculinas, pois nesse contexto, os homens atuavam como “provedores” do lar, uma vez que eles eram quem podiam atuar em publico. Sobre isso fala Cerezer, 2008, p.142:

as grandes cidades do século XIX, que ilustram a consolidação da sociedade capitalista e o domínio burguês, têm seu espaço público de transações comerciais, sociais e políticas como espaço de convivência de uma multidão de desconhecidos, com uma diversidade de papéis sociais sem precedentes na história ocidental. Cada um precisa buscar, no outro, sinais para saber com quem estava lidando.

Contra-pondo-se a isso, temos o espaço privado, como o único espaço de convívio desejado a figura feminina. Reclusa no “lar” cuidando dos filhos, casa e marido, a mulher era a responsável pela administração de tarefas domesticas, aprendendo a desempenhá-las desde criança. O espaço privado vem apresenta-se como um lugar de relaxamento, quase um refugio onde a “confusão” do mudo publico (da política e dos negócios) tem uma trégua, por isso mesmo, a sua organização deveria ficar a cargo da mulher, tida biologicamente como um ser apto a desempenhar tais tarefas. Sobre esse fato, continua a mesma autora a afirmar:

Em oposição a esse espaço público dos “estranhos”, constitui-se uma espécie de “família nuclear moderna”, um lugar de intimidade, de privacidade, de relaxamento. Esta família torna-se um refúgio sagrado para os homens que passam os dias em meio à dinâmica das cidades e voltam todas as noites à tranquilidade da companhia da mulher que ele escolheu para ser sua esposa.

(Cerezer, 2008, p.147)

Grandes partes desses modelos continuam presentes, sendo vivenciados durante os séculos XIX, XX e até hoje: o social segue regras comportamentais, que dão a **família nuclear e patriarcal** um papel institucional, onde as relações de gênero estabelecem que a mulher, passe a ser vista e tratada sob rigorosos códigos que

traduziam o que seria agora, considerado moralidade e virtude, ou seja, adotar um comportamento, comedido e recatado, tendo como principal objetivo de vida tornar-se uma boa mãe e esposa (PERROT, 2004).

O espaço a elas reservado dentro desse contexto, é o cenário privado, o lar, que é onde será desempenhado os papeis para ela designado. O processo de industrialização, urbanização e modernização, desde o final do século XIX atinge vários setores do país, e no caso de Campina Grande esse fato também já pode ser visto. Assim o modo de agir da população, segue esse ritmo de mudanças:

o Brasil passava pela industrialização e esse mercado necessitava de pessoas para ocupar os postos de trabalho. Novos lugares estavam sendo restabelecidos para os sujeitos fossem homens, mulheres ou crianças. A idéia de família é usada, nesse momento, para separar simbolicamente e espacialmente os homens e as mulheres pertencentes às classes ditas populares dos setores sociais privilegiados. Família era um termo que identificava a “sociedade respeitável”, civilizada, em dia com as novidades vindas da Europa e dos Estados Unidos, culturalmente “superior” as “classes perigosas”.

(OLIVEIRA, 2002, p. 27)

Partindo desse pressuposto, e entendendo que o modelo seguido, na Paraíba, mesmo durante a década de 1920 e 1930 (a época em que o comportamento feminino, passa por suaves modificações, quando as mulheres começam a ganhar espaço na esfera publica), segue essa linha, onde o feminino está sob conceitos e ordens rigorosas, sufocando muitas vezes a todo custo, toda e qualquer manifestação, que ameaçasse ferir com as regras sociais. Por tanto, trago agora dois elementos cujo conteúdo é fundamental para a compreensão do nosso recorte temporal e social: O lar e a família burguesa, O comportamento da mulher nos séculos XIX e XX e o ideal de educação, moral e virtude , percebido nesse período.

A concepção de moral (social e privada) adotada com base em preceitos cristão e católicos também é apontada nessa pesquisa uma vez que a presença desse segmento religioso muitas vezes aparece de forma quase que indissociável do universo cultural da sociedade brasileira principalmente ganhou bastante força nos períodos aos quais analisamos. A moralidade cristã esta se apresenta fortemente ligada ao próprio ideal de

casamento difundido nessa época. Tais questões relacionadas ao papel do casamento serão mais profundamente abordadas no terceiro momento desse trabalho.

## 2.2. O lar e família burguesa: O lugar da mulher, vista como mãe esposa e “rainha do lar”.

Antes de dar início diretamente a abordagem pretendida nesse momento do trabalho, é necessário explicar que o modelo de vida analisado aqui, faz referência a um modelo de vida herdado das sociedades burguesas e europeias do século XIX e início do século XX. Contudo esse modelo é visto como algo que perdurou durante muito tempo, e traspassou limites geográficos, sendo tomado (mesmo que guardada as proporções) pela sociedade brasileira e especificando ainda mais pela sociedade paraibana e campinense dentro do período que estamos analisando, década de 1920 a 1930. Pois como afirma ALMEIDA, 2000:

a educação feminina no Brasil assemelhou-se, durante muito tempo, à educação dada às mulheres em Portugal. Na tradição ibérica, por sua vez, a mulher deveria restringir-se a cuidar da casa, do marido e dos filhos. Para a sociedade misógina portuguesa, as mulheres eram consideradas seres inferiores e estaria na classe do *imbecilitus sexus* – sexo imbecil -, paradigma em que se encontravam também as crianças e os doentes mentais.

(RIBEIRO, 2000, p.02)

Essa afirmação tem como base, leituras de fontes, que embora não seja a base principal da minha escrita, me ajudaram a obtenção de conhecimentos sobre o tema. Estamos nos referindo, a notas encontradas em jornais de circulação local e estadual com a presença de artigos que chamavam a atenção para figuras femininas com a formação educacional “exemplar” obtidas em escolas que ofereciam cursos de prendas domésticas, ensinando-as como o cuidado com o lar a família deveria seguir. Outra fonte que muito chama a atenção foram algumas edições do periódico “**Jornal das Moças**”<sup>2</sup> e das revistas “**Fon-Fon**”<sup>3</sup>, que tinha como o próprio nome sugere como

---

<sup>2</sup> **Jornal das Moças** foi um periódico que circulou no Brasil entre os anos de 1914 e 1965. Anunciado como uma "Revista Semanal Ilustrada", era publicado na cidade do Rio de Janeiro, e distribuído nas capitais de todo o país, e nas principais cidades do interior. Circulava as quartas-feiras. O seu conteúdo era inspirado nos magazines ilustrados ou revistas de variedades do século XIX, abordando assuntos, à época, de interesse da esfera feminina. Desse modo, apresentava comentários sobre a moda, conselhos de economia doméstica, contos, poemas, piadas, notícias do cinema, curiosidades, receitas culinárias, moldes de roupas da estação, fotos da sociedade fluminense, anúncios de cosméticos, de medicamentos, de lojas

publico alvo, as mulheres, principalmente jovens em idade de casar e/ou donas de casa. Essas publicações circulavam na Paraíba, primeiro nas capitais e posteriormente nas cidades adjacentes como Campina Grande:

o periódico inaugurado em 1914 tinha como missão “cultivar, ilustrando, e ao mesmo tempo deleitando o espírito encantador da mulher brasileira, a quem é dedicada esta revista, será o seu senão único escopo, elo menos a sua viva e mais ardente preocupação”. De publicação quinzenal e de direção masculina, o jornal estruturava-se por seções e colunas de moda, de higiene e de beleza, notícias de bailes e eventos beneficentes realizados no centro da cidade e de seções fotográficas, divulgando quase sempre perfis de moças e jovens senhoras “sempre muito distintas”. A revista era bastante popular e sua duração-quase cinquenta anos, assinalava o sucesso entre as moças.

(COVA, 2010, p.08)

Vale salientar também que é nesse período (final do século XIX e início do século XX) onde no Brasil, havia um movimento intenso por uma busca de manifestações de conceitos “modernos” que dessem ao país uma idéia de ruptura com os modelos monárquicos vigente há pouco. Nesse momento, segundo Fabiana Macena a chamada *Belle Époque*, influenciava o comportamento brasileiro, que passava por um período de transição do Império para a Republica.

a França sempre exerceu um grande fascínio no Brasil, mas nunca como na *Belle Époque*, ela deixou tantos vestígios de sua influência. Há uma valorização exagerada dos ideais franceses, fazendo com que tudo ligado ao país fosse tratado como símbolo de modernidade. Essa modernidade desperta o sentimento de “agora”, onde todo o passado é descartável e somente o presente é valorizado e apreciado. Há uma ruptura com o antigo, e um indicativo de novos comportamentos e mentalidades. Além disso, o período também é marcado por uma reestruturação dos papéis que são atribuídos social e culturalmente a homens e mulheres.

(MACENA, 2008, p. 22)

---

especializadas em artigos femininos e infantis, partituras musicais, resenhas de filmes, e sugestões de leitura. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal\\_das\\_Mo%C3%A7as](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_das_Mo%C3%A7as) Acessado em: 10 de Junho de 2012.

<sup>3</sup> A **Revista Fon-Fon** circulou de 13 de abril de 1907 a 28 de dezembro de 1945. Ao longo do século XIX, as revistas ilustradas tornaram-se moda e a “*Fon Fon*” seguia o modelo dos periódicos europeus. A revista encarregava-se de oferecer, em primeira mão, as últimas novidades de Paris, considerado o maior centro de elegância do mundo em matéria de moda feminina e infantil. Tendo como um de seus editores o escritor e crítico de arte Gonzaga Duque, era marcada por um grande enfoque na ilustração. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/resenhafonfon.pdf> Acessado em: 10 de Junho de 2012.

É nesse contexto de mudanças, que na prática eram observadas de forma bem mais sutis, que a figura feminina ganha certa liberdade de sair, frequentar lugares públicos e mesmo ter uma educação formal em escolas. Sobre esse fato continua a mesma autora argumentando que:

a mulher não é mais vista com o papel de outrora. A mulher dessa década tem novos hábitos, comportamentos e maneiras influenciados pelas mudanças do período. De 1920 a 1924, as mulheres que aparecem na Revista “Fon-Fon” são aquelas que praticam esportes, que são vistas pelas avenidas da cidade, que vão aos bailes elegantes e que participam ativamente da vida social da cidade.

(MACENA, 2008, p. 22)

Parafraseando MACENA (2008): “Muito bem administrado pelas mulheres da família”. Essa é a melhor definição para o lar burguês, que em todas as suas definições estava sempre diretamente ligado a figura feminina, pois este era o projeto de sociedade elaborado pela burguesia no final século XVIII sendo consolidado no século XIX.

Durante esses séculos, os papéis das pessoas, foram bem estabelecidos, seja política, econômica ou socialmente. Por tanto, não ocorria diferente com os espaços que cada um desses papéis deveria ocupar para desempenhar de forma ordenada a sua função na sociedade. Por volta da segunda década do século XX, os novos modelos comportamentais seguiam sempre em um sentido ambíguo. Fala-se em modernidade, mas mesmo assim papéis são reforçados de outros períodos históricos principalmente no tocante as funções desempenhados pelos mais diversos atores sociais:

a modernização da década em questão é marcada pela ambigüidade. Além de trazer a preocupação com a idéia de moderno, o período em si foi o esboço, também, uma série de tensões, como a revisão dos papéis que os homens e as mulheres “deveriam” assumir, entre o moderno e o tradicional, entre o ideal burguês e os valores da população assalariada. Porém, essa tensão vai muito além da idéia de dominação, de modernização imposta. Há uma dialética dúbia entre o que era considerado moderno e o que era tradicional pois muitas vezes o discurso tradicional era utilizado, também pelas próprias mulheres, para tornar evidente seu papel na sociedade, de dona de casa e mulher do lar.

(MACENA, 2008, p. 40)

A casa! Esse era o lugar reservado para as mulheres e onde essa figura agora a reinar absoluta, pois é nesse espaço que tudo a ela relacionado ira acontecer, era nesse ambiente que ela desempenharia a suas funções de mãe e esposa, se encaixando perfeitamente da imagem que passa a ser construída sobre ela.

Segundo os conceitos da época, as mulheres precisavam estar presentes no lar, pois só elas teriam a capacidade de geri-lo corretamente, era assim que deveria ser, pois essa seria a ordem natural das coisas, seguindo a lógica de que, a natureza não teria agido em vão ao capacitar apenas elas para a maternidade, como aponta Lynn Hunt “Os homens eram biologicamente vistos como fortes audaciosos, e empreendedores; em detrimento das mulheres fracas, tímidas e apagadas” (1992, p.50).

Manter as mulheres no privado era desejado, pois ao ficarem reclusas as paredes do seu lar, elas poderiam (e eram) melhor controladas, e com isso suas ações e discursos de âmbito político, sufocados. Vemos com isso o nascimento de uma idéia amplamente divulgada de que a mulher era intelectualmente mais fraca em relação aos homens e que a sua natureza a coloca nessa posição, pois se acreditava que isso era biologicamente comprovado. Até o discurso medico, reforçava essas idéias, como destaca PRIORI, 2005, p.209:

O médico Rodrigo José Maurício Júnior, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, afirmava que "As mulheres nas quais predominavam uma superabundância vital, um sistema sangüíneo, ou nervoso muito pronunciado, uma cor escura ou vermelho, olhos vivos e negros, lábios de um vermelho escarlata, boca grande, dentes alvos, abundância de pêlos e de cor negra, desenvolvimento das partes sexuais, estão também sujeitas a sofrer dessa neurose".

A mulher era tomada como um ser extremamente frágil, delicado e sensível, e por esse motivo ela era considerada como incapacitada de tomar decisões sem tornar tudo, casos meramente emocionais. Portanto o trabalho, a política, o discurso e as decisões que regem a vida cotidiana, em hipótese alguma podem ser tomados por elas, isso teria que ser feito pelos homens que realmente estariam habilitados a tal, por agirem sempre com a razão, com a lucidez e a agilidade, características que eram também vistas como sendo de sua natureza. Sobre isso afirma HUNTT, 1992:

O útero definiria a mulher e determinaria o seu comportamento emocional e moral. Na época, pensava-se que o sistema reprodutor feminino era particularmente sensível, e que essa sensibilidade era ainda maior devido à debilidade intelectual.

(HUNT, p. 24, 1992)

Sendo elas emocionais e sugestionáveis não teriam a capacidade de raciocinar com clareza, diante de situações difíceis ou conflitantes, se entregariam, mas facilmente a crenças e as superstições, pois não seriam capazes de enxergar com clareza os perigos que assombram a vida fora dos limites de suas casas onde estavam protegidas. Como símbolo da fragilidade, as mulheres precisariam ser protegidas do mundo externo, ou seja, do público, ficando cada vez mais no espaço privado.

As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional faziam delas seres mais aptos para criar filhos.

(Hunt, 1992, p.24)

Em suma podemos afirmar que apesar de patriarcal, a família dos sec. XVIII XIX e XX têm na mulher uma figura central, por que seria ela quem agiria para dar sustentação aos outros membros, especificamente os homens da casa. Isto ocorria, pois dentro do pensamento do momento, os homens seriam as figuras que precisariam ser bem cuidados, gerados e alimentados, recebendo apoio moral, físico e psicológico dentro da privacidade do lar, que seria o seu lugar reservado para descansar e repor as energias, para poder seguir com o ritmo de vida capitalista que passava a vigorar, e que trazia uma grande necessidade de homens trabalhando e gerando renda para o estado, com a mulher desempenhando cada vez mais o papel doméstico.

As ruas das cidades a partir da revolução industrial (século XIX) tornam-se cada vez mais caóticas, com um aglomerado de pessoas circulando, desempenhando suas funções profissionais ou mesmo cobertos por uma legião de desempregados e pessoas que não se enquadram no novo estilo econômico social que está vigente a partir de então. As diferenças eram cada vez mais acentuadas, com a população mais pobre, vivendo em condições precárias e recebendo salários miseráveis, onde a economia passa



a interferir na esfera do privado e público que tem muitas vezes, sua configuração desejada e habitual começando a ser rompida:

as mulheres, das classes abastadas, travaram uma luta com a sociedade pelo direito de exercerem atividades remuneradas. Já as mulheres pobres exerciam, por necessidade, a prática do trabalho, mas com a industrialização a demanda por essa mão de obra cresceu. Em relação a este fato, Rago (1985, p.63) comenta: “Às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em loja, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam como alternativas possíveis e miseráveis.” Sem possuir lei alguma que assegurasse seus direitos trabalhistas, as mulheres estavam sujeitas a toda forma de assédio e exploração.

(RAGO, *apud*: FERREIRA, 2011, p. 40)

É nesse contexto que a figura feminina pobre ao se dedicar, ao cuidado com o lar e os filhos, acaba por ganhar um espaço nas ruas (mesmo que mal vistas). Isto ocorre no momento em que elas precisam sair de casa para fazer tarefas como buscar água nas fontes, procurar combustíveis entre outras coisas, que sevem para o gerenciamento do lar:

as mulheres, sobretudo, cujas funções as levam para o exterior: nos pátios, tão importantes nos prédios pré-haussmannianos, nas ruas, para buscar água nas fontes, para procurar combustíveis, viveres baratos. A cidade é para estas eternas caçadoras, uma floresta onde podem caçar clandestinamente. Quando os homens partem para o trabalho, para longas jornadas, a rua pertence às mulheres.

(PERROT, 2005, p.354)

Esse fato acentua também as diferenças econômicas das próprias famílias desse período, visto que as mais abastadas não concebiam a idéia de suas ter mulheres trabalhando fora, enquanto as mais pobres dependiam do trabalho de todos da família, inclusive das mulheres, que mesmo não sendo bem vistas saíam às ruas para desempenhar alguma função profissional que ajudaria na renda familiar.

O discurso positivista agregou às funções de mãe, dona-de-casa e esposa a função de educadora dos filhos da pátria. Dessa forma, nas primeiras décadas dos anos noventa, no imaginário da sociedade brasileira, a mulher assumia alguns *ethos*: pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade e patriotismo. A essa mulher idealizada já era permitido trabalhar desde que em funções que fossem extensão de seu papel no lar, tais como as de

professora e enfermeira. Claro que aqui nos referimos às mulheres das classes mais abastadas. As mulheres de classes populares já trabalhavam a muito para ajuda ou manutenção da família em ofícios como o de costureira, caixeira, vendedora, lavadeira, entre outros, desde antes do século XX.

(ALMEIDA, p. 23, 2000)

Assim vemos que o *status* de uma família também era medido no fato de ter ou não mulheres em casa. Havia uma forte classificação das mulheres na sociedade: Elas poderiam ser vistas como as “moças de família” ou “senhoritas” que permaneciam em casa ou frequentando escolas domesticas de etiqueta sendo “treinadas” para ser boa futura esposa e mãe. Também havia as chamadas “mulheres ou senhoras casadas” que já desempenhavam o papel de esposa e mãe cuidando do lar, dos filhos e do marido, e ainda havia aquelas que estavam na rua se expondo passando a serem vistas muitas vezes como “sem classe” ou “sem educação”. Por ultimo ainda havia aquelas que não se encaixando nos padrões da época, por inúmeros motivos eram chamadas de perdidas, meretrizes, mulheres da vida. Os próprios discursos populares reforçam até hoje algumas dessas idéias, que são repassadas através da memória por alguns. (Bossi, 1994)

O ideal e modelo de família seguido pela sociedade que foi descrito até agora, teve como algumas de suas influências fatos acontecidos na Inglaterra (no período referente ao inicio da revolução acontecida na França), é o aumento do evangelismo (protestantismo). Este vem desempenhado o papel de trazer cada vez mais as pregações que influenciam as pessoas a levar uma vida cada vez mais “regrada”, “religiosa” e “moral”, sob o argumento de esta ser a única saída para evitar que a Inglaterra viesse enfrentar os problemas passados pela França naquele dado momento. Sobre isso diz Catherine Hall, (1992, p.56). Que “Os acontecimentos na França eram uma advertência do que iria ocorrer, caso não se procedesse a uma revolução ‘nos hábitos e na moral’ da nação”.

Vemos com isso, a educação religiosa com valores morais cada vez mais rigorosos, voltados ao modelo de família patriarcal, e dando mais uma vez a mulher a tarefa de educar os filhos, dando ênfase à educação religiosa, incentivando momentos de reunião da família para oração onde o homem claro era o responsável pelas leituras, estando no centro e detendo a palavra:

o evangelismo, assim, via a família como o centro da luta para reformar os hábitos e a moral; a família podia ser a “pequena

igreja” como já havia sonhado os puritanos, o “pequeno estado” submetido a seu senhor e capaz de seguir verdadeiramente a prática cristã independente do que estivesse se passando no mundo em redor”.

(HALL, 1992, p.56,57)

Segundo o discurso protestante, homens e mulheres haviam nascido diferentes e, portanto desempenhavam papéis diferentes, o homem público e a mulher privada, isso era natural e as tradições só viam a confirmar isso, por tanto não havia porque mudar os fatos, e sim contribuir para que eles continuassem como devem ser:

para os evangélicos, o homem cuidava da vida pública; a mulher por seu lado era o centro do lar e da família. Eles acreditavam firmemente que o homem e a mulher nasciam para ocupar esferas diversas. Cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso.

(Hall, 1992, p.59)

Contudo, em alguns momentos essa fuga do lar, apreciava como possíveis subterfúgios, para as mulheres. Poder sair do cenário privado, mesmo que aos poucos e que o fizesse desempenhando um papel a elas reservado, representavam um grande ganho (e por alguns um risco) para elas.

Por exemplo, sair de casa para praticar caridade era visto como um ato comum e louvável, sendo totalmente permitido e até incentivado pela sociedade, visitar pobres, enfermos e prisioneiros eram atos comuns as mulheres e com o aumento dos problemas sociais no século XIX, essa prática se torna cada vez mais freqüente, sendo considerada até uma extensão dos trabalhos domésticos:

A caridade, antigo dever das cristãs, conduzia, desde há muito tempo as mulheres para fora de suas casas: visitar os pobres, os prisioneiros e os doentes, traçava, na cidade, itinerários permitidos e abençoados. A amplidão dos problemas sociais de século 19 transforma esse hábito em exigência. Na filantropia, gestão privada do social, as mulheres têm um lugar de importância.

(PERROT, 2005, p.280)

Contudo, a saída para lazer, (que não estivesse ligado a deveres filantrópicos ou religiosos) era apontada como um risco as mulheres. Vemos com isso que, levar algum auxílio (inclusive moral e religioso) passa a ser uma das poucas funções que essas mulheres podem desempenhar fora do “seu” lugar: o lar.

### **2.3. Antecedentes: O comportamento da mulher nos séculos XVIII e XIX.**

O ponto chave quando falamos nas propostas de comportamento desejáveis para a mulher burguesa durante e após a revolução consiste principalmente em se fazer uma diferenciação muito clara entre homens e mulheres e de seus papéis na sociedade, lares, economia, política e até mesmo, os espaços que pertencem a partir de agora a cada um. A partir disso é feita uma diferenciação clara do público (reservado para os homens) e privado (local pleno das mulheres) bem como os atores de cada espaço é bem definido, sendo inadmissível a penetração de um no lugar destinado ao outro.

O papel da mulher é definido como sendo ela a grande responsável pelo gerenciamento do lar e da família, cuidando dos esposos e filhos a fim de garantir-lhes uma boa formação moral e religiosa, gerando ao estado bons cidadãos que assim como seus pais serviram mais tarde ao estado capitalista.

Os meninos são educados para mais tarde, desempenharem papéis masculinos, ou seja, ganhar dinheiro e sustentar a casa filhos e esposa, sendo o chamado provedor da família. As meninas são educadas com os valores que as façam seguir o modelo proposto de serem “boas mães e esposas”, cuidando sempre dos homens da casa, marido filhos e por venturos irmãos etc. o importante é que sempre vai haver uma figura masculina a qual ela esta subordinada e que é considerado o chefe da família.

A grande tarefa da mulher era exatamente “**ser mulher**”, estando dentro dos padrões que a definiram agora, para isso ela tem de se encaixar dentro de alguns padrões que vão sendo construídos e implantados na sociedade chegando a ser consolidado até o fim do sec. XIX e início do sec. XX. Ilustrando tal idéia, temos a seguir a iconografia 01, retirada da já citada Revista “Fon-Fon”, que reforçava esse imaginário, dando conselhos acerca da função da mulher na sociedade:



Figura 01: Publicidade com ilustração presente na Revista “Fon-Fon”, contendo conselhos que mostra a responsabilidade das mães com a criação dos filhos.

Fonte: Jornal das Moças, 1930.

A feminilidade é um discurso construído pelos homens, ao qual se espera que as mulheres correspondam dar ênfase a figura da mulher frágil e desprotegida, alimenta a imagem de um homem forte e astuto, com capacidade de proteger e promover não só o seu lar, mas como o estado.

A moral, submissão, castidade, feminilidade e a maternidade da mulher, são aspectos desejáveis para a mulher burguesa. A Insatisfação com o casamento ou mesmo a vontade de não se casar, eram tidas como abominações pela sociedade. As mulheres ao se casar passavam sempre a ser a “escrava do lar” mesmo que ela aceitasse isso por ter sido educada para ser assim. Cuidados com a casa, limpeza, alimentação, educação moral e religiosa dos filhos não são as únicas tarefas que são dadas a essa mulher desse momento. Elas geralmente ao se casar, tinham a possibilidade de obter prazer sexual, vetado sendo isto colocado na sua educação desde muito cedo como sendo algo, imoral, pecaminoso e que só é permitida aos homens que os tem por sua própria natureza. A mulher fica reservada a prática sexual para a satisfação dos seus **maridos**, uma vez que a castidade antes do casamento é fundamental, só devendo também ser realizada, realizada para a reprodução.

Mesmo com toda essa repressão na vida sexual, os nascimentos em um casamento eram muito numerosos e ocorriam quase que de forma sucessiva, as mulheres “pariam” todos os anos. Durante toda a sua vida fértil a mulher gerava filhos, a ponto de acabarem envelhecendo mais rápido, muitas vezes adquirindo doenças devido à debilidade que seus corpos eram submetidos, tanto pelo trabalho intenso em casa como pelos partos feitos constantemente e muitas vezes em condições inadequadas.

Realizada uma de uma definição de papéis, ambientes, e discursos, é necessária agora, também a utilização de símbolos que ajudem na construção dessas figuras e que permitam uma maior fixação nas mentes e na vida desses personagens.

Dentre essas mudanças, a vestimenta, educação e idéia de virtude implantada, traduzem o plano de se formar um modelo de sociedade e família burguesa, na qual esse estudo dá ênfase a figura que tem uma proposta, toda nova, as mulheres. Transformações tais, tão representativas, que se refletiriam tanto em suas vidas, por tanto tempo, que até hoje, para ser mais específico, essas idéias mudam, totalmente a sua posição na estrutura social de quase todo mundo.

#### **2.4. Comportamento: educação, moral e virtude.**

Há no sec.XVIII uma nova proposta de mudança comportamental, trazida pela burguesia, baseada principalmente em princípios de educação, moral, religiosidade e virtude que atinge todos da sociedade, sobretudo as mulheres.

Virtude, moderação e controle, sobretudo do corpo, são as características que deveriam a partir de então manifestar as mulheres, para serem consideradas “honestas e honradas”. Ou seja, elas haviam de se encaixar em um perfil, que as colocassem em uma posição de inferioridade estando ela principalmente, e como já vimos, voltada para o lar para assim não influenciar nunca nas decisões políticas e econômicas do estado que agora é comandado unicamente por figuras masculinas. Essas medidas são tomadas principalmente com o intuito de inibir a ação das mulheres que momentos antes da revolução e mesmo nela, atuam de forma tão voraz que chegam a assustar por ameaçar o “império masculino”.

O discurso feminino foi talhado para falar de assuntos que eram definidos como exclusivamente femininos: organização do lar, cuidado com os filhos, cozinha, roupas, religião e no máximo literatura devidamente feita e permitida para elas.

Como foi destaca anteriormente, o autocontrole, principalmente em relação ao corpo, seus sentimentos, vontades e principalmente em relação à sexualidade que, para ela era totalmente reprimida, alias, é imposta uma relação entre sexualidade e reprodução, na qual a mulher virtuosa é aquela que não tem pratica sexual a não ser para ter filhos ou quando muito “atender as necessidades” do marido.

O prazer sexual feminino praticamente não existia (ou pelo menos não deveria existir), e essa cultura estava presente na cabeça da maioria das mulheres que eram educadas e educavam seus filhos e filhas com essa ideia. A transgressão das normas quando ocorria, mesmo que muito escondida, como por exemplo, a busca por prazer com seus parceiros, ou a pratica sexual antes ou fora do sei casamento, sofriam punições se não legais, mas ao menos sociais, como a perda da credibilidade e respeito dos demais.

Vale salientar também que por serem educadas com esses valores tão rígidos, as próprias mulheres “transgressoras”, se recriminavam, sentindo-se culpada a ponto ate de se punirem e martirizarem por não estarem agindo, de acordo com os costumes que lhes foram veementemente transmitidos em casa, na igreja, por suas mães, pais, maridos e pela sociedade em geral.

A virgindade antes de casamento era considerada fundamental e aparecia como uma das principais condutas que as mulheres deveriam adotar para serem consideradas virtuosas, sendo isso respaldado principalmente em princípios religiosos num código cujo gesto pode ser considerado “aprovado” ou “condenado, sob as penalidades de estar cometendo ou não pecados ou estar ou não no caminho da salvação”.

Da mesma forma que o corpo masculino era visto como sinônimo de poder político e como o chefe político. A mulher era tida como a personificação do pecado, acusada de levar os homens a ele, tentando-os ao pecado da carne. Por esse motivo as mulheres teriam nesse momento que aparecer sempre muito recatadas, obedientes, educadas e comedidas, até mesmo o seu modo de falar e andar era definido para ela, enfim, existia para a mulher toda uma proposta de “moral” a ser seguida, pois isso era

considerado ser **virtuosa**. Com isso vemos que, tanto formal quanto informalmente, a educação das mulheres desde a mais tenra infância, está baseada nos princípios religiosos, da “moral e dos bons costumes”.

### **2.5. A indumentária: mais um signo a definir os papéis na sociedade.**

Considero outro ponto relevante que nos remete a forma de comportamento feminino, a questão da indumentária, uma vez que através dela vários códigos e práticas culturais pode ser observadas. A evolução da vestimenta aparece como mais um símbolo de identificação de grupos sociais, também das mulheres:

A moda feminina, na história da indumentária, passou por várias mudanças e evoluções com o decorrer das décadas. Com tecidos drapeados, excesso de volume, redução do mesmo, as anáguas e anquinhas a moda modificava-se de acordo com o período e mudanças sociais de cada época. Desse modo, é possível analisar a moda feminina em cada período histórico, com suas características próprias que davam à mulher condições específicas dentro da sociedade estudada.

(ABIZI, 2010, p.22)

Com a revolução Francesa as roupas tanto femininas quanto masculinas passam por alterações que acompanham as mudanças e transformações da época, entre os séculos XVIII e XIX. As mulheres passam a usar vestidos simples, semitransparentes que valorizavam o corpo, geralmente em cores suaves, com a cintura marcada sob os seios. Trata-se de roupas que em um primeiro momento tentam dar a mulher uma idéia de infantilidade, inocência, pureza e fragilidade, que estimule a visão nos homens de respeito e aversão ao pecado que estaria representado na figura da mulher. Um exemplo dessas vestimentas se encontra na iconografia 02 a seguir:





Iconografia 02: Croqui representativo de vestimenta do século XX. Já livre dos espartilhos, um pouco mais de liberdade. Fonte: e-historia.

Depois as roupas “evoluem” com a intenção de lhes dar um ar de feminilidade, sofisticação e elegância. Tudo tem que ser muito feminino, e as aparências seguem esse objetivo de um projeto de “colocar a mulher em seu lugar”, isso tudo aparece quando ele este já consolidado.

A mulher aparentando muita feminilidade! Era assim que ela deveria ser se apresentar, para com isso, a diferença entre elas e os homens apareçam cada vez mais. Aliais a vestimenta masculina, também passa por mudanças e sofre influencia dos campos, remetendo a simplicidade porem dando um ar austero e de comando, sobre isso fala Lynn Hunt, (1992, p.24): “a moda masculina não se definiu de imediato com tanta clareza, mas a indumentária logo se transformou num sistema semiótico intensamente carregado. Ele revelava o significado publico do homem privado.”.

Penteados anelados, maquiagem discreta, quase natural, com rosáceas nas maçãs do rosto, jóias como complemento dos decotes, sempre rebaixados e com ombros caídos, chapéus boneca, leques, sapatos de salto baixos e ponta arredondada. Enfim até na vestimenta fica claro que há todo um projeto que coloca a mulher em posição de fragilidade, quase intocável, estimulando até ela mesma se enxergar como um ser que precisa de cuidados, como podemos ver na figura 03 a seguir:



Figura 03: Idéia de fragilidade, presente em pintura representativa de mulher do século XIX, detalhe para o rosto ressaltando traços finos, delicados e quase infantis.

Fonte: UOL

Acerca da indumentária nos séculos XVIII e XIX, até as obras literárias fazem menção sobre como a vestimenta funcionava como um signo a definir pessoas na sociedade. Por exemplo, a obra *Madame Bovary* do autor Gustav Flaubert (1857), mostra algumas passagens em que as referências das vestimentas, descrevem e define as situações e mesmos as personagens de acordo com a roupa, mostrando essa como um signo que traça o perfil de quem a usa:

[...] As damas, de touca, traziam vestidos à moda da cidade, correntes de relógio em ouro, manteletes com pontas cruzadas na cintura ou lenços de cor, presos nas costas com um alfinete, deixando-lhes o pescoço descoberto pela parte de trás. Os garotos, vestidos da mesma maneira que os pais, pareciam incomodados pelos fatos novos (muitos até estream naquele dia o primeiro par de botas da sua vida) e ao lado deles viam-se, sem dizerem palavra, nos seus vestidos brancos de primeira comunhão oportunamente acrescentados, algumas meninas mais crescidas, de catorze ou dezesseis anos [...]

(Flaubert, 2003, p.39)

O autor ainda segue a descrição mostrando como a indumentária, classificava as pessoas de acordo com a forma que se apresentava, ficando clara a importância que cada peça tinha na definição, ao menos aparente de quem a usava:

Conforme a diferente posição social de cada um, assim vestia casaca, sobrecasaca, jaqueta ou paletó: bons fatos, conservados com toda a estimação pelas famílias e que só saíam dos armários em ocasiões solenes, sobrecasacas de grandes abas flutuantes, gola cilíndrica e bolsos grandes como sacos, paletós de tecido grosso, a acompanhar normalmente bonés com palas orladas de metais amarelos, casacas curtíssimas, tendo nas costas dois botões muito juntos, fazendo lembrar um par de olhos, e cujas abas pareciam cortadas de um só golpe pelo machado de um carpinteiro. Em seguida, As damas, subiram aos seus quartos, a fim de se prepararem para o baile.

(Flaubert, 2003, p.40)

Assim vemos através da literatura, autores mostrando de forma mais detalhada, como essas pessoas utilizavam os recursos da roupa, de forma a exaltar a sua posição da sociedade. Esses trechos da obra exemplificam como de fato vestimenta servia antes de tudo como um símbolo de identificação das pessoas, tendo assim uma grande importância para os costumes da época. Assim essa questão pode ser mais facilmente compreendida a partir das figuras 04 e 05:



Figuras 04 e 05: A cintura marcada era pré-requisito, pois acentuava formas consideradas símbolos de feminilidade. Fonte: Jornal das moças, 1930.

Aproximando mais uma vez essa abordagem ao período referenciado a nossa análise, vemos que a partir da década de 1920/1930 as esferas do público e privado vão sofrer

alterações (mesmo que ainda pequenas), principalmente, pois as mulheres passam a ganhar espaços públicos, saindo, aos poucos, cada vez mais de casa para trabalhar e mesmo para se divertir. A liberdade começa até no modo de vestimenta delas que enfim livram-se das “amarras” dos espartilhos que modelavam seus corpos, passando a usar modelos mais confortáveis, próprios inclusive para as possibilidades de diversão que por ventura existissem. Abaixo figuras 05 e 06 populares da década de 1920 e 1930.



Figuras 05e 06: Corte de cabelo “*La Garçonne*” muito popular nas décadas de 1920 e 1930, combinados a roupa frouxas, sem a presença dos apertados espartilhos. Fonte: e-historia.

A partir do período que ficou conhecido como *Belle Époque* (Bela Época), e assim como em todo momento histórico, a vestimenta sofre mudanças adaptando-se aos acontecimentos a época, e nesse caso específico, a esse are de modernidade e liberdade que as mulheres passam a ganhar (mesmo que levemente) na sociedade. O uso do espartilho, tão precioso em outras épocas, chega ao fim, e as roupas mais largas e com mais partes do corpo a mostra (braços e pernas ainda cobertas pela meia) passam a ser usadas pelas mulheres. Os cabelos normalmente seguem o modelo “*La Garçonne*”, curtinho. E na maquiagem olhos marcados, pela branca e lábios vermelhos.

As figuras 08 e 09 a seguir, representam modelos de vestidos, cabelos e maquiagem utilizados na década de 1920 e 1930, e são marcados pela não presença do espartilho como peça fundamenta como anteriormente. Veja que o estilo chamado de as “melindrosas” as transforma em representações bem populares na época:



Figura 08: Croquis representativos de vestimentas femininas da década de 1920



Figura 09: Melindrosas - Figuras femininas populares da década de 1930

### **Capítulo III:**

**Posso ou não posso?**

**Tramas são tecidas na rede dos amores proibidos.**

### **3.1. Através das fontes, a descoberta das formas de resistência.**

Seguindo a explicação sobre quais caminhos, me levou a realização desta parte da pesquisa, reforço que as abordagens e domínios, foram feitas sob os passos da produção do micro história, vista a partir dos personagens encontrados nos processos crimes utilizados e que são umas das minhas principais fontes de estudo. São os processos-crimes que irão a partir da análise dos elementos neles contidos, permitir, o entendimento de uma esfera maior (O comportamento da sociedade em relação ao feminino), entendido e estudado a partir de uma escala menor (Os rápidos consentidos e os crimes de sedução e como essas praticas, se enquadravam dentro desse recorte temporal e local, ou seja, a Campina Grande da década de 1920). A outra fonte utilizada é oral e são entrevistas.

Nesse momento do trabalho, através dos discursos e demais elementos presentes nos casos encontrados e analisados como fontes, procuramos identificar, características de cotidiano de uma sociedade, seu modo de vida, suas regras e concepções de “certo” / “errado”, “permitido” / “proibido” assim como os princípios e pilares sob os quais todos esses preceitos eram construídos e fazem parte da cultura de quem está nele inserido. Esse aspecto será verificado tomando como base os discursos que aparecem envolvidos nos casos de raptos consentidos, defloramentos e desquites ocorridos na época do nosso estudo. Sendo dessa forma, é nesse sentido que o trabalho do historiador estará inserido, fazendo a análise dos conteúdos vistos.

Na construção deste que é o segundo capítulo do trabalho, apresentamos algumas das formas que consideramos ser formas de resistências utilizadas burlarem todos os modelos e regras de comportamento que foram abordados nos capítulos anteriores. Para tal empreitada é preciso perceber, entender e respeitar, os elementos sócio - culturais apresentados, como os são: Visões de mundo e parte de costumes e praticas de uma determinada época.

É preciso então, mais uma vez reforçar que, todos esses modelos pré-estabelecidos foram verificados através dessa pesquisa, contudo, é evidente que o exposto, muitas vezes, corresponde muito mais uma teorização sobre os fatos observados na sociedade campinense nos anos de 1920 e 1930. Com isso queremos destacar, que segundo as próprias idéias do autor já citado Michel de Certeau, as táticas de resistência a todos esses acontecimentos aconteciam, seja de forma implícita ou

explicita, pois ninguém apenas consome passivamente as leituras feitas sobre o que acontece ao seu redor. Sobre tais táticas, fala esse autor que:

a tática só tem por lugar o outro, tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que são estranhas... maneiras de fazer; vitórias do fraco sobre os mais fortes (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos, quanto bélicos

(CERTEAU, 1994, p.47)

A análise feita nesse momento do trabalho, contará ainda com os conceitos da autora Mary Del Priore, autora que parece dedicar um interesse especial sobre alguns dos temas que aparecerão ao longo da pesquisa. Farei assim, a partir das idéias apresentadas por ela a conceituação de cada elemento em análise: Rapto consentido, Defloramento e Desquite.

### **3.2. Raptos consentidos e defloramentos: A luta estratégica dos *enamorados* para vivenciar suas relações afetivas e/ou sexuais.**

Del Priore mostra que entre o final do século XIX até meados do século XX, em resposta a essa forma de se definir as uniões conjugais, aparecem várias formas de resistência e de burlar as regras vigentes socialmente. Uma das formas mais comuns, sugeridas pela autora e que ocorreram em grande parte na região nordeste foram fatos chamados de “**raptos consentidos**”, que poderiam ocorrer seguidos ou não de **defloramentos** (primeiras relações sexuais) de “donzelas” que desejando um casamento não aprovado pela família, fugiam com seus “amados”<sup>4</sup>.

Dedicamos atenção especial a esse tema, por ser essa temática, um dos elementos que tomamos nessa pesquisa como quebra de regras. Esse parece ser um tema que chama muito a atenção da autora, pois ela o menciona não apenas em uma obra, mas em pelo menos em três que são do meu conhecimento: História das mulheres no Brasil, História do Amor no Brasil e História das crianças no Brasil.

---

<sup>4</sup> Os “raptos consentidos” e os “defloramentos” são temas também abordados por Gilberto Freyre. Mary Del Priore, mostra que concorda com esse autor, ao enxergar nesses fatos, um ponto de partida na luta dos “*enamorados*” para vivenciar suas relações amorosas mesmo a revelia das regras da sociedade, configurando uma quebra de padrões ao utilizar-se de tais estratégias.



Os casos ocorriam da seguinte forma: as moças “raptadas” por vezes deixavam-se ser “defloradas” e retornando as suas casas, no dia seguinte, ou então se abrigava na casa de alguém afirmando só saírem de lá casadas, ou seja, elas não deixavam as famílias outra escolha se não ser aceitar a união para evitar um escândalo, como descreve a autora:

O rapto era consentido pela moça sob promessa de casamento da parte do raptor. Muito comum era ambos fugirem à noite, a cavalo; ela montada na garupa, de banda, a cabeça amarrada com um lenço, na certeza da futura aliança. O noivo poderia ter ou não relações sexuais com ela, depositando-a, a seguir, na casa de uma pessoa importante ou na do juiz da localidade vizinha ou da mesma cidade, onde já se combinara asilo. A moça mandava avisar a família: só sairia de lá casada. Os pais não tinham alternativas. Faziam o casamento sem ser “de gosto”, no dia seguinte; sem festas, sem proclamas. A honra da moça e da família seria prejudicada se não houvesse o casamento.

(PRIORE, 2005, p.147)

Mary Del Priore atenta ainda para o fato de esses casos serem bastante relatados nos órgãos de imprensa da época, lembrando ainda que também apareçam descritos por Gilberto Freyre:

Muitas vezes o namoro não aprovado pelos pais encorajou o rapto da moça pelo pretendente. Os jornais brasileiros do meado do século XIX - quem conta é Gilberto Freyre - estão cheios de notícias sobre o assunto. Eram moças a quem os pais não consentiam o casamento e afirmavam seu direito de amar, independentemente das situações de raça, dinheiro ou credo.

(PRIORE, 2005, p.148)

Para que se compreenda enfim os motivos que levavam as pessoas a seguir a opção da fuga ou “rapto” como era chamado, é preciso ter em mente o sentido de pertencimento que era dado sobre os pais sobre as filhas, pertencimento legitimado pelo poder jurídico que concedia nesse momento o pátrio poder da mulher ao seu representante legal (pai, irmão, tio, avo). Mais importante, porém, do que o pertencimento formalizado na lei era o sentimento de posse envolvido nas práticas da sociedade. Como nosso estudo já mostrou, a mulher era tida como “inferior” ao homem,

e dessa maneira, seu próprio corpo era entendido como uma propriedade das figuras masculinas da família.

Esse contexto é importante para vermos como os casos de raptos seguidos ou não de defloração, não eram entendidos apenas como forma de forçar um casamento desejado pelo casal, mais que isso, essas fugas, também eram encaradas como uma afronta e ofensa muito grave contra a “propriedade” que fora “tomada” da família envolvida no caso, sendo daí denominada por muitas vezes como “**Questão de Honra**” ou mesmo “**Honra ofendida**”.

Assim as idéias de estupro, defloração (mesmo consensual) ou rapto, aparecem até o fim do século XIX de maneira entrelaçada, sendo muitas vezes confundidos, e podia ser dependendo da época estudada, vista como sendo muito mais uma ofensa a família da vítima, do que a ela própria, não sendo, portanto levado em consideração seus sentimentos. Nesse sentido, observa SANTANA (2009):

Nesse sentido, o rapto, no *ancien regime*, podia ser classificado ou como violência ou como sedução. O rapto por violência estava associado à possessão, à apropriação do corpo da mulher, e os efeitos da violência não interessavam; a dor da vítima não importava. Essa relação de poder, a partir do corpo da mulher, era tão forte que o rapto de violência, em princípio, era pensado em relação ao seqüestro, a posse de outro homem por algo que não lhe pertence, ou seja, a mulher. A lesão produzida, por seu turno, atinge apenas o homem, “dono da mulher”, que não tinha posse de si mesma, sendo, portanto, o seu responsável o maior ofendido.

E assim, vemos mais uma vez que compreender o contexto que envolve os casos serve principalmente para entender os discursos tecidos em torno dos mesmos. Vejamos a partir de agora relatos de testemunhos arrolados pela justiça, presentes em um dos processos crimes obtidos no Fórum Afonso campos, Campina Grande-PB, que complementa a idéia aqui citada.

Consta no processo entre outros fatos que, contou a senhora Maria das Neves Barbosa, casada, 46 anos, e do Senhor Aparecido Antonio Barbosa, 60 anos, casado, que na ocasião das festas de final de ano, em 1928, como havia de costume, os demais membros da família, originaria da região de Areia - PB reuniam-se em Campina Grande, para os festejos. Na ocasião, de acordo com o relato da mulher, havia-se juntado ao grupo, hospedado em sua casa e casa de demais parentes vizinhos, tal Jose de Arimatéia Silva, 23 anos, solteiro, residente na cidade de Areia, trabalhando lá na

função de ajudante na mercearia perto da casa onde residia com a mãe (viúva) e a irmã mais nova.

Na ocasião, Jose de Arimatéia, conheceu a jovem filha “encostada a mais nova” (como fora descrita) de D. Maria das Neves e do Senhor Aparecido Antonio Barbosa. Maria Antonia Barbosa (conhecida como Toinha), então com 16 anos. Os dois durante a visita do rapaz, que teria durado cerca de 20 dias, mantêm um relacionamento amoroso, fato confirmado pela própria jovem. Ocorre que a moça, haveria sido anteriormente prometida em casamento, ao seu primo por parte de pai, e esta aguardava o seu retorno da capital do estado, aonde o noivo iria a fim de arrumar trabalho e montar residência para enfim poder contrair o matrimônio com “Toinha”, que se aceitava de bom grado tal situação, passaria mais tarde a demonstrar o contrário posto o relacionamento com José de Arimatéia.

O rapaz fazendo-lhe juras de amor, “seduz” e “deflora” a garota, levando-a consigo (por idéia da própria) ao retorno de sua cidade natal. Arimatéia faz isso, em comum acordo com a moça, que chegará a fazer essa proposta, afirmando que dessa maneira, o casamento entre eles seria de certo aceito pela família.

Descobrimo o ocorrido, cerca de dois dias depois, e sentindo-se de acordo com suas próprias palavras “profundamente ofendidos”, pela confiança dada e quebrada pelo rapaz, bem como pela “vergonha do comportamento da sua filha” (citava a mãe aos prantos que não haviam sido essa a educação que havia lhe dado), restou aos pais de “Toinha” buscar a reparação do mal feito. Isto foi feito de imediato, não que houvesse por parte do rapaz, aparente interesse em abandonar a garota, mas puramente devido fato de não possuindo meios suficientes para arcar com os gastos para o casamento, o rapaz propunha viver com ela uma relação de “amasiamento”, ou seja, morar na mesma casa, mantendo uma relação conjugal sem a formalização das núpcias do casal. Esse fato não foi aceito pela família da moça, que então recorrem à justiça pedindo que esta interviesse na decisão, (informações presentes nos autos do processo).

O discurso jurídico (visto nos relatórios e declarações do Juiz, advogados, e delegados envolvidos) em todo o processo se apresenta se mostrarem favoráveis a efetivação do matrimônio, principalmente sob a alegação de manter a “honra” da família e o nome da moça, que ficaria mal falada.

A família da “vítima”, que reclamará a reparação do “mal” feito a sua filha, apesar de não parecer gozar de uma situação financeira exacerbadamente confortável, também não se encontrava em situação de dificuldade extrema. Tal fato torna-se

relevante, pois aponta que entre as famílias mais estruturadas financeiramente, a noção de moralidade social, costumeiramente possuía uma importância maior, visto que entre as famílias menos abastadas, fatos como a burocracia e os custos com o processo do casamento, causavam muitas vezes uma impossibilidade de realização de tal aspiração, embora ela estivesse presente em todas as classes sociais, visto todos os conceitos comportamentais que influenciava a vida das pessoas nesse momento e que já foram anteriormente expostos nesse trabalho (Santana, 2009).

Os testemunhos que constam nos autos do processo possuem um discurso sobre essa “honra” e moralidade bastante semelhantes, o que nos leva a crê na possibilidade de que ambos pertenciam à mesma classe financeira. Fato esse que divergente no que diz respeito ao acusado, Jose de Arimatéia, que alega que a não realização imediata do casamento formal, se dá devido falta de condições financeiras para a realização do mesmo, não se importando então em permanecer “amasiado” com a sua raptada e deflorada “Toinha”. A fala desse “personagem” de nossa historia, nos confirma a tese anteriormente citada, de que entre as classes sociais mais pobres, as relações amorosas não oficializadas como amasiamento e concubinato, não eram tão mal vistas, como em outras classes.

Nesse sentido, precisa-se compreender que esses casos se davam também devido ao fato de que em sua vivência cotidiana, essas pessoas menos abastadas conviviam com uma dura realidade, onde as mulheres, mesmo sob os rigorosos olhares de seus tutores, precisavam desde muito cedo sair da esfera unicamente privada, observada das famílias ricas, indo buscar trabalhos fora de casa na esfera pública, como lavadeiras, agricultoras, domésticas ou outro serviço qualquer, que lhe trouxesse alguma renda, visto que muitas delas auxiliavam o marido ou pai no sustento do lar, ou muitas vezes eram exclusivamente responsáveis por tal provimento. Havia a necessidade da busca pelo sustento dessas pessoas, muitas mulheres por necessidade iam às ruas. Desta forma, o pensamento de que o “lugar da mulher seria dentro de casa” cai por terra para, pois até mesmo a lei dava subsídios para os tutores legais permitir que as mulheres saiam de casa pra trabalhar:

O artigo 233 determinava que o marido pudesse permitir ou não o trabalho da esposa. Esta autorização para o trabalho devia ser feita por escrito e podia ser revogada a qualquer momento, segundo o desejo do marido. A licença para o trabalho não podia ser suprida em juízo, ou seja, as mulheres não podiam contar com a ação da justiça para trabalhar, uma vez que o assunto era

considerado de foro íntimo da família, e somente podia ser decidido por seu “chefe”.

(BORELLI, 2010, p.129)

Vale lembrar também, que essa forma de viver, onde as mulheres podiam viver em ambientes públicos, havendo a oportunidade, por exemplo, de sair se casa para o trabalho, e até mesmo para ajudar nas tarefas domesticas, já que não havia serviçais que o fizesse, possibilitava os envolvimentos amorosos entre pessoas que se conheciam nessas ocasiões, sendo esse fato diferente para aquelas que se encontravam reclusas e restritas ao lar e que normalmente conheciam e conviviam com um numero bastante restrito de pessoas, (Almeida, 2005).

O fato de muitas mulheres de poder aquisitivo inferior ganharem o espaço publico com maior facilidade do que as demais, explicaria também o fato de muitos dos casos de crimes de sedução ocorrer entre elas, pois as saídas constantes de casa as permitiam encontro onde as fugas e os encontros eram combinados. Durante o processo de pesquisa, quando em consulta aos processos crimes, podemos observar que grande parte dos casos de fuga ou defloramentos se dava com meninas pobres. Tais casos não estão aqui descritos nem analisados na integra e mais profundamente, porém consideramos importante mencioná-los, para que seja reforçada a idéia de recorrência dos fatos.

Incontáveis são as possibilidades que podemos levantar no estudo deste (como de qualquer outro) documento histórico, contudo, trazemos pelo menos mais duas hipóteses que foram levantas, ao cruzar os elementos vistos no processo-crime em analise com os textos e obras adotados na pesquisa, como referencial teórico: Uma possibilidade seria a de que José de Arimatéia poderia ter visto no casamento “forçado” com “Toinha” uma possibilidade de ascensão social, fato que não era raro de acontecer. Como afirma Priori, 2005, p. 62:

Casos em que, os raptos significavam para o raptor, a possibilidade de integrar uma família com maior prestígio social e poder aquisitivo não eram raros de acontecer. Nesse caso, é necessário lembrar que os casamentos historicamente, nem sempre foram encarados como uma relação afetiva, sendo os interesses sociais, políticos e financeiros fatores muito mais relevantes.

Outra conjectura que podemos fazer, é que própria raptada, “Toinha” possa ter optado pela fuga taticamente, pois, conhecendo as impossibilidades financeiras do

rapaz, e mesmo assim suspeitando qual seria a reação de sua família (forçar a realização do casamento), pode ela ter imaginado de certa forma, o rumo que a história poderia tomar. Dessa forma era se livraria do casamento possivelmente indesejado com seu “prometido”, de quem esperava o retorno, assim, seria Toinha, senhora de sua própria história, pois dentro do contexto em que se encontrava, teceu uma rede que lhe permitiu resistir às condições que lhe eram impostas.

Mostraria também nesse caso de forma bastante ilustrativa, que cai por terra a teoria de que as mulheres eram seres passivos e submissos como muitos acreditavam, como já foi por nós debatidos em momentos anteriores desse estudo. Seria exatamente o contrario, elas estariam, apresentando suas formas de resistência das mais variadas maneiras dentro de suas possibilidades. Repetimos o feito aqui, são conjecturas, suposições e possibilidades de análises, as quais poderíamos nos deter, não queremos dar a nenhuma delas, a idéia de verdade absoluta, tão vasta e complexa seriam as possíveis interpretações dadas aos fatos.

Ao analisar as informações presentes nos processos, vários são os elementos revelados através dos discursos neles contidos. Além dos discursos, até a descrição de fatos sobre a vida dos envolvidos (processados, reclamantes, jurista e testemunhas) merecem ser analisados, pois tais dados se traduzem muitas vezes em informações relevantes para a compreensão do ocorrido, lembrando que como cita Martins (1998), apud Santana:

em um artigo intitulado “Representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais”, analisa que os processos-crime não podem ser simplesmente reproduzidos ou descritos, mas sim, analisados em seus componentes múltiplos e até mesmo contraditórios. Para a autora, é incontestável o valor desses documentos, posto que possibilitem analisar como se produzem e se explicam as diferentes versões dos agentes envolvidos nos diferentes casos, sem a preocupação de verificar o que realmente se passou.

É evidente, que o documento como fonte de análise, responde apenas a algumas das perguntas feitas pelo historiador, e dessa maneira, temos que ter em mente, que as falas nele observadas, sendo produzidas por todos que estão envolvidos, são carregadas de subjetividades, e nesse sentido, cabe ao historiador, buscar conhecê-las, compreendendo o máximo possível o lugar social, bem como os possíveis campos de intencionalidade sobre a “verdade” que se deseja expor ou esconder de cada ator social na elaboração e na prática de seus discursos.

### **3.3. Até que a morte os separe... Ou não! A dissolução de casamentos com pedidos de separação, divórcio ou desquite.**

Para entendermos os casos de intenção de dissolução de matrimônio (considerados como laços indissolúveis) analisados nessa etapa da pesquisa, é preciso compreender, mesmo que brevemente, qual o papel que o casamento tinha na sociedade paraibana do início do século XX. Para isso vamos fazer um pequeno resgate histórico sobre casamento no Brasil, observando sob quais signos ele foi construído, para então poder seguir analisando como as possibilidades de ruptura (se não legais mais na prática) desse laço ocorreram, identificando como esses fatos podem representar uma forma de resistência feminina dentro do contexto temporal e espacial da pesquisa.

A autora Mary Del Priore (2005), afirma que as relações “amorosas” no Brasil, em alguns momentos foram compreendidas como sendo algo marcado pela idealização do “amor” domesticado e subjugado à vivência de uma moral cristã herdada da colonização portuguesa. Utilizamos os termos “amor” e “relações amorosas” aspeados propositalmente, pois nesse momento, me preocupo em mostrar que dentro desse contexto, e com o comportamento baseado nos costumes culturais herdados de Portugal, os casamentos na colônia eram pensados e entendidos como “negócios”, acertados pelas famílias dos noivos.

Desse modo vemos como o casamento nesse período é encarado: nesse caso, pesava no planejamento do matrimônio elementos de todas as naturezas, das econômicas as políticas, do *status* até as barganha de títulos e condecorações acertadas entre os parentes, tudo isso menos é claro a vida afetiva dos futuros cônjuges. Aliás, o casamento servia além de tudo para isso, para tentar anular qualquer forma de sentimento afetivo e /ou sexual entre os dois, uma vez que essa espécie de “Amor-paixão” era vista como um mal a ser efetivamente evitado. Sendo assim, “no casamento o amor-paixão era um inimigo” (PRIORE, 2005, p.28). Indo ainda mais além, a união legitimada no casamento era uma grande estratégia para controle da sexualidade, sobre tudo a feminina, tão reprimida na época. Ele era visto como uma forma de estar protegido por Deus diante de sua prática, ou seja, o considerado como o “bom amor” seria o oposto do “amor-paixão” e deveria ser sinônimo de “pureza”, longe da sexualidade e era “recompensado com a vida eterna e as paixões, com o inferno e a morte” (PRIORE, 2005, p. 36).

Enfim, podemos diante do exposto, entender que o objetivo dessa negociação seria atender ao jogo de interesses das famílias de ambos os lados, e ainda ajudar a manter as regras estabelecidas socialmente pela igreja, até então de grande influencia nas decisões tomadas pela sociedade.

Chegando ao século XIX e XX, vemos que esse “amor” vai tomar ares de romantismo, reforçado pela forma de pensar herdada dos séculos anteriores e que ainda eram consideradas validas. Essa maneira de pensar trazia a já referida e acentuada oposição de papéis entre homem e mulher, justificada entre outros no determinismo biológico vigente que insistia em colocar a mulher como um ser demasiadamente sentimental beirando a irracionalidade, sendo o homem o seu extremo oposto, ou seja, um ser objetivo e racional.

Nesse contexto, são acentuadas as idéias de que a mulher existiria para desempenhar o papel de **mãe, esposa e responsável pela organização do lar**, e que ao homem por consequência estaria reservado o papel de ser responsável por prover o sustento. Dessa forma, a instituição do casamento ganha força total, pois a formação da família, considerada base do modelo de sociedade aspirado, garantiria este modo de organização da sociedade. (Priore, 1998).

Dentro desse quadro apresentado, já é possível ter noção do papel assumido pelo divórcio para essa sociedade, que via no casamento, um ponto fundamental de sua sustentação. As discussões acerca do tema envolviam vários setores indo desde o campo político, até o religioso, que nesse momento assume uma posição fundamental nesse discurso, como vemos em PIRIORE, 2005, p. 248:

O Código Civil de 1916 reproduzia o Direito Canônico com a presença da indissolubilidade do casamento. O Papa Pio XI apresenta documentos em que condenava a mulher que saía de casa para trabalhar, "por causa da mesquinhez do salário paterno".

Em 1920, havia regras que permitiam e regularizavam o **desquite**, o divórcio só foi regulamentado no ano de 1977, até então o que se podia no Brasil, era o mesmo



previsto anteriormente pela lei desde 1891, que era o término da sociedade conjugal por somente por via do **desquite**, sendo de origem **amigável** ou **judicial**:

A sentença do desquite apenas autorizava a separação dos cônjuges, pondo termo ao regime de bens. No entanto, permanecia o vínculo matrimonial. As motivações que justificariam os pedidos de desquite eram: adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave e abandono voluntário do lar conjugal (art. 317). Foi mantido o desquite por mútuo consentimento (art. 318).

(ARAUJO, 1993, p. 1993)

Com isso podemos observar que o feito pela legislação civil foi inserir a palavra desquite para identificar simples separação de corpos já existente na prática. Vale salientar que aqueles que se mostravam favoráveis a legitimação do divórcio, permitindo o casamento de ambos posteriormente, eram vistos como “inimigos da família”. Aqueles que optavam pelo desquite, tinham problemas nas relações sociais, uma vez que eram vistos com extremo preconceito sobre tudo as mulheres.

Para exemplificar a análise desse conteúdo, foi utilizada uma fonte oral para cruzar com os textos que teorizam o assunto. Foram relatos de testemunhos de uma pessoa que acompanhou o processo de divórcio de seus pais na década de 1930. As informações foram obtidas em entrevista realizada de modo mais informal possível, afim de que a entrevistada senti-se à-vontade para relatar como os fatos abordados ocorreram.

Como no nosso trabalho de historiadores, todos os elementos são relevantes, é importante lembrar que devido ao fato dela estar diretamente envolvida no caso, os depoimentos são carregados subjetividade (BOSSI, 1994). Contudo, o fato dela ter presenciado os acontecimentos de perto, também abre caminho para uma discussão sobre os casos relatados por ela.

Vamos então ao relato da nossa entrevista, a senhora Julia Aparecida Cavalcanti dos Santos, 92 anos, natural de Aroeiras, porém residente em Campina Grande desde 1931. A senhora embora apresente uma idade avançada, aparenta ter um estado de lucidez pleno, demonstrando por vezes emoção ao relatar fatos de sua vida pessoal.

Começando a conversa, querendo saber quais fatores teriam levado-a a vir morar em na cidade, ela me informa que no ano de 1931, se mudou para cá com a família quando o pai tinha o interesse montar algum negocio próprio, não especificando qual. A família era composta por ela, sua mãe D. Severina Lima Cavalcante, seu pai Jose Cavalcanti dos Santos, e seu irmão mais novo Arlindo Cavalcanti de apenas 02 anos e meio<sup>5</sup>.

Não irei me dedicar aqui, no reto completo da entrevista, e por tanto farei recortes para a análise dos fatos que nos interessa. Nesse caso, darei atenção especial, nos relatos de D. Julia, no tocante ao momento classificado por ela como de “aperreio” segundo sua palavras, que foi no período em que seus pais passam por processo de desquite. Esses relatos tornam-se interessantes, principalmente porque, dentro dos vários dias de conversa que tivemos, ela mesmo sempre chama a atenção para a dificuldade que ela e sua mãe passaram quando foram “abandonadas” pelo seu pai. Na ocasião, D. Julia relata que a família gozava de uma situação financeira razoavelmente equilibrada, viviam confortavelmente, sem luxo ou extravagâncias, porem também sem passar nenhuma privação.

O preconceito sofrido pela sua família, agora composta por ela, sua mãe e irmão mais novo, parece ter sido uma freqüência no dia a dia dela, que ressalta durante vários momentos da conversa que, sua mãe sempre mantivera o que chama de comportamento exemplar. Contudo, ao perguntar se essa era uma cobrança percebida por ela, ouço um sonoro e enfático sim, justificado na frase “sabe como é minha filha, mulher largada do marido, ta marcada para sempre”.

Analisando alguns pontos da entrevista, pude perceber que em suas falas, ela como qualquer outro personagem “histórico” revela alguns indícios do seu lugar social. Lembrando que D. Julia, dada a sua naturalidade (Aroeiras – PB) e no período de 1920. Dessa maneira, torna-se mais fácil imaginar que vindo de uma comunidade rural, interiorana em um período que a educação da família estava baseada em critérios morais muito rígidos, nossa entrevistada traga consigo vivos muitos desses valores. Por isso é importante que no seu trabalho o historiador busque compreender vários fatores que

---

<sup>5</sup> Todas as informações contidas nessa etapa do trabalho foram obtidas pela entrevistada em conversas realizadas com sua autorização, onde ela relata “historias de vidas” presenciadas por ela na década de 1930. As informações cedidas são reflexos da percepção dela, e nos leva analisar as idéias presentes em seus discursos dentro do contexto em que ela estava inserida.

envolvam as falas do entrevistado, que naturalmente é carregado de subjetividades, (Karnal, 2000).

Outro ponto que merece nossa análise, é o fato de que ao relatar o preconceito que segundo ela, sua família passou quando da separação dos seus pais, vemos indícios do comportamento já estudado em outros momentos dessa pesquisa. As palavras de D. Julia dão a entender que durante esse recorte temporal ao qual nosso estudo faz menção, as mulheres desquitadas, eram mal vistas pela sociedade, mesmo que apresentassem os demais comportamentos que lhes fosse exigido. Talvez, pelo fato de ter sido elas também criadas dentro desse costume, às próprias mulheres mencionadas nesses relatos, possuíssem em si tais idéias. Fato que pode ser compreendido melhor ao destacarmos que:

a mulher desquitada, então, era mal vista e qualquer deslize seu era motivo para a perda da guarda dos filhos. Mas, apesar do preconceito, os censos demográficos entre 1940 e 1960 apontavam para o aumento das separações. Entre a burguesia, outras uniões ocorriam através de contratos formais ou de casamentos no exterior.

(PRIORI, 2005, p. 312)

Porém vale ressaltar mais uma vez, que provavelmente nem todas obrigatoriamente compartilhavam desse pensamento, existindo as resistências tão faladas por nós nesse trabalho. O caso de D. Severina, apresentado nas palavras de sua filha, nos permite confirma isso. Pois a separação e a manifestação do pedido do desquite, parte dela, sob a alegação de sofrer com os casos amorosos extraconjugais que seu marido mantinha.

Esse caso nos mostra também que os valores sociais tão caros naquele momento, apreciam constantemente na mentalidade das pessoas. Esse fato pode ser verificado ainda, quando sabemos que, mesmo após a separação de corpos ocorrerem de fato, e o desquite legalmente ser efetivado, continuou sob a responsabilidade do agora ex-marido, custear com o provimento da família em questão.

Finalizando a análise de alguns dos elementos que podemos identificar nesse caso específico, mas que revela fatos presentes em uma sociedade de forma geral gostaria de chamar mais atenção para o detalhe de que as pessoas que configuraram essa história faziam parte de uma família com situação financeira privilegiada, e como nós já

destacamos aqui, nesses casos a cobrança por esses referidos valores parecem ser muito maior, devido à educação passada, e mesmo ao fato de que aqueles de famílias menos abonadas muitas vezes viviam relações com o casamento e tudo nele envolto de uma maneira diferente, não podendo, muitas vezes, viver de acordo com as regras cheias de burocracias e formalidades da lei, que comumente custavam algo de que eles não dispunham: tempo e dinheiro. Contudo, preciso reforçar aqui, que dentro dos relatos obtidos, podemos analisar e levantar hipóteses sobre o que as fontes nos revela. Nada pode ser tido como “verdade absoluta” dos fatos.

## **CONSIDERAÇÕES**

### **FINAIS:**

Dado tudo que foi exposto até aqui, irei tecer a partir de agora minhas últimas considerações sobre essa pesquisa:

Durante as etapas que envolveram sua realização, pudemos compreender como o trabalho do historiador, consiste em algo denso e complexo, sobre tudo quando se opta por trabalhar dentro de novas perspectivas. Podemos notar como o nosso ofício, consiste em um trabalho meticuloso, onde, vários elementos são observados, analisados e identificados, a fim de que possamos chegar a algumas hipóteses. As fontes que foram por nós interpeladas e questionadas, nos ajudaram a formular as idéias, aqui expostas.

Sobretudo, mergulhar mesmo que brevemente no universo da sociedade campinense de um período passado, nos propiciou elaborar um novo olhar, sobre o espaço no qual estamos inserida. A partir da década de 1920, o Brasil, vivenciava uma onda em busca pela modernidade, no que tange as regras de vida para a mulher, as mudanças ocorridas foram visíveis, mesmo que ocorrendo em passos lentos. Podemos entender também como essa mulher começou aos poucos a ganhar à rua, provocando reações de uma sociedade moralista, que passava então a ditar mais regras comportamentais, com a intenção de manter “a ordem” social antes estabelecida, e principalmente, a moralidade desejada à figura feminina.

Contudo mesmo nesse contexto, pudemos notar que apareciam algumas formas de resistência, que aqui, foram verificadas dentre outros fatores, na prática dos chamados crimes de sedução, que vinham muitas vezes, como tentativa de burlar as regras de uma sociedade de valores tradicionais, e de certa forma opressora para as figuras femininas, sendo apoiada, em vários setores com seus discursos, inclusive no âmbito judicial, que punia tais atos, que iam contra as regras da sociedade.

Com base nos materiais obtidos e analisados, tanto nas fontes como nas referências consultadas, foi possível formular algumas considerações sobre o objeto em estudo: As mulheres nem sempre seguiram as regras sociais de virgindade e “pureza”, o desquite era uma prática muito mal vista na sociedade, as pessoas viam, muitas vezes, nos raptos consentidos uma forma de burla as regras sociais, através dos discursos jurídicos, podem ser vistos um reflexo da forma de controle das práticas da sociedade e temporalidade a qual o trabalho se remete.

E ainda podemos perceber que, as práticas de raptos consentidos na década de 1920, consequência ou não de defloramentos, eram táticas muito utilizadas, para burlar as rígidas regras comportamentais da sociedade e que tais formas de resistência

ganharam força com a eclosão das revoluções nas discussões sobre regras de moralidade nas relações de gênero, sobre tudo no campo da sexualidade.

Todos esses questionamentos levantados ao longo do trabalho, talvez sejam respondidos das mais diversas maneiras, e como já foi dito, não é função do historiador atuar como juiz do passado, ou mesmo aquele que encontra uma verdade absoluta e irrefutável como já acreditaram nossos colegas em outros momentos. Mas enfim, compreendemos que até essa forma de se pensar é fruto de um mo contexto, e devemos, por tanto, respeitá-lo, para tentar talvez elaborar tais respostas e outras tantas que possam vir a surgir.

Sobre o trabalho com o conteúdo em si, o estudo sobre a vida dessas mulheres que eu analisei, assim como compreender sob quais signos elas viveram e foram formadas, nos ajudou ainda mais na minha afirmação enquanto historiadora, uma vez que passei a ter mais do que antes, um olhar de alteridade, sem cair na tentação de olhar para o passado com uma visão maniqueísta. Compreendendo enfim, essa história (re) feita por seres humanos, complexos com seus costumes, subjetividades de formas de pensar diferenciadas. Carregados de subjetividades e sensibilidades.

## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes Documentais:

Processo-crime de rapto, Outubro 25, 1926.

### 2. Dissertações:

CAVALCANTI, Silêde L. O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas:** o discurso jurídico e a moralização dos costumes em Campina Grande (1930 - 1950). 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade:** Paraíba nas décadas de 20 e 30 do Século XX. Dissertação (Mestrado de História.) 2002. Universidade Federal de Campinas.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e espaços:** construindo a modernidade em Campina Grande no início do Século XX. 1997. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco.

### 3. Documentos eletrônicos.

**POROCA, José Carlos L.** História Cultural em discussão. Disponível em <<http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/02.pdf>>. Acessado em, 21 de novembro de 2011.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Corpos seduzidos, corpos deflorados: a honra e os seus significados nos processos-crime do espaço Seridó (Caicó, 1900 1930). **Mneme – Revista de Humanidades [Dossiê Histórias da saúde e da doença, org. André Mota e Iranilson Buriti]**. Caicó (RN), v.7.n.17, ago/set. 2005. P. 201-15. Bimestral. ISSN 1518-3394. Disponível em <[http://www Seol.com.br/mneme/](http://www.Seol.com.br/mneme/)>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

### 4. Livros.

BARROS, Jose d'Assunção. 2004. **O campo da história – especialidades e abordagens.** Petrópolis, Vozes, 220 p.

CEARTOU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 6. Ed. 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** Cap. I. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.



RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARIÈS, Philippe e DUBY, George (coleção dirigida por). **História da vida privada: da revolução Francesa a primeira guerra**, volume 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand. 1989 - 1994.

BURKE, Peter (org). **A escrita da História: Novas Perspectivas**. SP: UNESP, 1992.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p.13-27.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos annales à nova história**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2005.

PRIORE, Mary Del (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

FALCI, M. K. **Mulheres do sertão nordestino**. IN: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

GURJÃO, Eliete Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande**: Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação, 2000.

DUBY, Georges. **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Paris. Ed. Terramar, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 a. p.167-234.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres: As vozes do silêncio**. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Trad. Viviane Ribeiro. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2003, 2 edição.

BERMAN, Marshall. **Modernidade: Ontem, hoje e amanhã**. In: "Tudo que é sólido, desmancha no ar - A aventura da modernidade". São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1986.

MACENA, Fabiana. **“Madames, mademoiselles, melindrosas: representações femininas na revista *Fon-Fon* (1920-1930)”**. Viçosa, UFV.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. P. 155-202.

